



DEMOCRATAS

PLANO DE GOVERNO 2021-2025

“Prefeito Gilson dos Santos e Vice-Prefeito Gilson Lari Trennepohl”

SIMPLES ASSIM

Qualificação, Competência, Trabalho e Honestidade.



NÃO-ME-TOQUE
TERÁ UMA OPÇÃO
POSITIVA 





Mensagem de Apresentação

O mundo globalizado cada vez mais dinâmico, com seus reflexos na administração pública, passaram a exigir dos gestores uma postura proativa na busca dos melhores resultados, sempre com vistas ao emprego de menores custos e da maior eficiência.

O processo de gestão adotado possui o foco na participação social, estabelecendo uma relação de aproximação com o cidadão, governando de forma solidária, buscando a articulação entre as redes de serviços públicos e propondo uma atuação conjunta entre o município e a sociedade para construir um futuro melhor. Está apoiado nos princípios constitucionais da gestão pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, como também, nos fundamentos de excelência: gestão participativa, baseada em processos de informações, valorização das pessoas, visão de futuro, aprendizado organizacional, agilidade, foco em resultados, inovação e excelência dirigida ao cidadão.

O modelo que será adotado integra o processo de planejamento, atitude e avaliação, com o objetivo de efetivar uma gestão integral, com a definição de ações estratégicas, a interligação das diversas áreas da gestão municipal através da atuação estruturada em eixos, desdobramento de atividades através de programas geradores com linhas específicas e principalmente, oportunizar que a comunidade demande e avalie questões da sua cidade.

Em nosso plano de governo, afirmamos os compromissos com a nossa cidade, apontamos a necessidade de melhorias em diversas áreas e setores e propomos a busca e implementação de mecanismos de melhoria da qualidade dos serviços públicos. A cidade está em constante transformação, assim como as pessoas e as demandas, exigindo que os gestores estejam capacitados para o desafio de acompanhar, gerenciar e administrar, com liderança, articulação, conhecimento e trabalho.

Iniciaremos um processo de planejamento estratégico com o objetivo de dar maior eficácia à gestão pública, estabelecendo metas e buscando resultados, tendo como norte efetivar a visão de futuro do município.

Dessa forma podemos não só sonhar com a cidade que queremos, mas ter a possibilidade de construí-la efetivamente com a participação e o engajamento da comunidade.



Sumário

Mensagem de Apresentação	02
Gestão	04
Educação	06
Saúde.....	07
Segurança	09
Saneamento Básico	11
Habitação.....	12
Infraestrutura	13
Plano Diretor.....	14
Assistência Social	15
Cultura e Turismo	16
Trabalho	17
Esporte.....	18
Eixos da Gestão.....	20
Considerações Finais	23



GESTÃO

A Constituição Federal de 1988 assim define em seus Artigos 37 e 165:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

...

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - O plano plurianual;

II - As diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. ... § 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.



§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

A Constituição prega que a administração pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Prega também que as Leis do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias são os fios norteadores da ação do Poder Executivo. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, dentre outras legislações visam apenas garantir que a administração pública obedeça aos princípios constitucionais.

DESAFIOS

- Qualificação dos servidores municipais: o processo de atração e retenção de servidores nos municípios muitas vezes são falhos. Considerando a complexidade da legislação e a necessidade de conhecimento para o correto funcionamento da máquina pública, muitas vezes os municípios de menor porte e longe dos grandes centros não conseguem atrair funcionários qualificados para seus quadros. Incentivo à produtividade do servidor público: pouco incentivo geralmente é dado pela administração pública ao aumento da produtividade do servidor. Ocorre em diversas administrações a execução de processos repetitivos e desvinculados de significado que muitas vezes geram baixa produtividade. A implantação de um contrato de gestão pode ser um bom incentivo ao aumento da produtividade dos servidores.
- Implementação de processos de trabalho simples, seguros e impessoais: a administração pública na maior parte dos municípios apresenta processos de trabalho repetitivos e com mecanismos de controle que muitas vezes não são necessários. É possível com medidas simples, como desenhos de processos de trabalho, clarificar os procedimentos, ganhando escala e clareza que tornam o trabalho mais rápido ao mesmo tempo em que os tornam seguros e impessoais.
- Eficiência no gasto público: processos de compras padronizados e que geram ganho de escala podem gerar economias de gastos em compras, menor número de processos de compra e mais racionalidade naquilo que a administração pública municipal necessita.
- Eficiência na arrecadação: as implantações de ferramentas georreferenciadas para gestão do IPTU e de emissão de notas fiscais para arrecadação do ISSQN podem gerar maior eficiência do processo de arrecadação municipal.
- Implantação de planejamento estratégico: o planejamento estratégico gera uma visão de futuro única para o município, e se for desdobrado de forma adequada para as ferramentas legais Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual gerará eficiência e direcionamento ao gasto público evitando assim retrabalho e gastos em políticas não prioritárias de governo.



- **EDUCAÇÃO**

- **MINIMO DE APLICAÇÃO 25%**

A Constituição Federal de 1988 assim define em seu Artigo 30:

Art. 30. Compete aos Municípios ...

VI - Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

1. A **educação infantil** tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, e será oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Suas diretrizes norteadoras, os currículos e os conteúdos mínimos são definidos conjuntamente por União, Estados e Município.
2. O **ensino fundamental** obrigatório tem duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, e tem por objetivo a formação básica do cidadão. É dever dos municípios matricular todos os alunos em fase de Ensino Fundamental em escolas, preferencialmente nas próximas às residências dos alunos. Os alunos do ensino fundamental necessitam dispor, gratuitamente, de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde.
 - ◆ Deverá ser oferecida Educação Especial desde a educação infantil para aqueles que dela necessitem;
 - ◆ Deverá ser oferecida educação para jovens e adultos que não estejam suficientemente escolarizados, em conjunto com Estado e União.
 - ◆ Deverão ser realizados programas de capacitação para todos os professores em exercício.
 - ◆ Deverão ser anualmente recenseadas as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica.



- **SAÚDE**

- **MINIMO DE APLICAÇÃO 15%** (Art. 7º da LC 141/2012)

A Constituição Federal de 1988 assim define em seu Artigo 30:

Art. 30. Compete aos Municípios ...

VII -prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS)

Cabe ao município prover, integralmente, acesso a seus cidadãos aos três níveis de atenção em saúde, assim estruturados para melhor programação e planejamento das ações e dos serviços do sistema de saúde:

- ◆ **A atenção básica em saúde** constitui o primeiro nível de atenção à saúde adotada pelo SUS. É um conjunto de ações que engloba promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Desenvolve-se por meio de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios delimitados, pelos quais assumem responsabilidade. A Unidade Básica de Saúde e conseqüentemente a Saúde da Família é parte da estratégia de estruturação eleita pelo Ministério da Saúde para reorganização da atenção básica no País, com recursos financeiros específicos para o seu custeio. Cada equipe é composta por um conjunto de profissionais (médico, enfermeiro, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde, podendo agora contar com profissional de saúde bucal).
- ◆ **A atenção de média complexidade ambulatorial**, de nível intermediário, é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento. Grupos que compõem os procedimentos de média complexidade do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA):
 - I- Procedimentos especializados realizados por profissionais médicos, outros profissionais de nível superior e nível médio;
 - II- Cirurgias ambulatoriais especializadas;
 - III- Procedimentos trauma-ortopédico;



- IV- Ações especializadas em odontologia;
- V- Patologia clínica;
- VI- Anatomopatologia e cito patologia;
- VII- Radiodiagnóstico;
- VIII- Exames ultrassonográficos;
- IX- Diagnose;
- X- Fisioterapia;
- XI- Terapias especializadas;
- XII- Próteses e órteses;
- XIII- Anestesia.

♦ **A atenção de alta complexidade** é composta por um conjunto de procedimentos que, no contexto do SUS, envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (atenção básica e de média complexidade). Principais áreas que compõem a alta complexidade do SUS, organizadas em redes são:

- I- Assistência ao paciente portador de doença renal crônica (por meio dos procedimentos de diálise);
- II- Assistência ao paciente oncológico;
- III- Cirurgia cardiovascular; cirurgia vascular; cirurgia cardiovascular pediátrica;
- IV- Procedimentos da cardiologia intervencionista;
- V- Procedimentos renovasculares extra cardíacos;
- VI- Laboratório de eletrofisiológica;
- VII- Assistência em trauma ortopedia;
- VIII- Procedimentos de neurocirurgia;
- IX- Assistência em otologia;
- X- Cirurgia de implante coclear;
- XI- Cirurgia das vias aéreas superiores e da região cervical;
- XII- Cirurgia da calota craniana, da face e do sistema estomatognático;
- XIII- Procedimentos em fissuras labiopalatais;
- XIV- Reabilitação protética e funcional das doenças da calota craniana, da face e do sistema estomatognático;
- XV- Procedimentos para a avaliação e o tratamento dos transtornos respiratórios do sono;
- XVI- Assistência aos pacientes portadores de queimaduras;
- XVII- Assistência aos pacientes portadores de obesidade (cirurgia bariátrica)
- XVIII- Cirurgia reprodutiva;
- XIX- Genética clínica;
- XX- Terapia nutricional;
- XXI- Distrofia muscular progressiva;
- XXII- Osteogênese imperfeita;
- XXIII- Fibrose cística e reprodução assistida.



IMPORTANTE:

O SUS opera e/ou disponibiliza um conjunto de sistemas de informações estratégicas para que os gestores avaliem e fundamentem o planejamento e a tomada de decisões, abrangendo: indicadores de saúde; informações de assistência à saúde no SUS (internações hospitalares, produção ambulatorial, imunização e atenção básica); rede assistencial (hospitalar e ambulatorial); morbidade por local de internação e residência dos atendidos pelo SUS; estatísticas vitais (mortalidade e nascidos vivos); recursos financeiros, informações demográficas, epidemiológicas e socioeconômicas. Caminhasse rumo à integração dos diversos sistemas informatizados de base nacional, que podem ser acessados no site do Datasus. (<http://www.datasus.gov.br>)

▪ **SEGURANÇA**

A Constituição Federal de 1988 assim define em seu Artigo 23:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

O Artigo 144 da Constituição Federal de 1988 apresenta:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: ...

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. ...

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

I - Compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)

II - Compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus



*agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.
(Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014)*

DESAFIOS

- Gestão estadual: tanto a segurança pública quanto a segurança de trânsito têm o Governo Estadual como responsável pelo provimento do serviço, seja por meio da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Rodoviária. Na hipótese da implantação no município da guarda municipal, esta atuará acessoriamente às polícias estaduais na gestão da segurança pública no município. Na hipótese de implantação de órgão de trânsito, este poderá atuar acessoriamente à polícia militar na gestão de trânsito no município ou assumir a gestão através da municipalização do trânsito, que poderá ocorrer através de autorização do Departamento Nacional de Trânsito.
- Custos de implantação e gestão de guardas municipais: a implantação de uma guarda municipal pressupõe a criação de legislação própria e a manutenção de quadro expressivo de pessoal. Deve ser observada, antes de se programar a guarda municipal, se há espaço no erário municipal para a implantação de um novo órgão, observando sempre que para a proteção 24 horas por parte da guarda é necessário observar escalas diárias e escalas de férias, que implicam na existência de um grande número de 7 guardas municipais para atendimento durante todos os horários do dia, sete dias por semana.
- Custos e atribuições da municipalização do trânsito: programar um órgão de trânsito municipal deve ser avaliado sob o ponto de vista de custo de implantação e manutenção, e de benefício da municipalização. Para os municípios se integrarem ao Sistema Nacional de Trânsito, exercendo plenamente suas competências, precisam criar um órgão municipal executivo de trânsito com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito e controle e análise de estatística. Uma vez efetivada a municipalização, compete aos órgãos executivos municipais de trânsito exercer nada menos que vinte e uma atribuições. Ele assume a responsabilidade pelo planejamento, o projeto, a operação e a fiscalização, não apenas no perímetro urbano, mas também nas estradas municipais. A prefeitura passa a desempenhar tarefas de sinalização, fiscalização, aplicação de penalidades e educação de trânsito.



- **SANEAMENTO BASICO**

A Constituição Federal de 1988 assim define em seu Artigo 23:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, descreve o serviço de público de saneamento básico como um princípio fundamental, ou seja, o acesso é universal e deve ser integral considerando todos os componentes do chamado serviço de saneamento maximizando a eficácia da política pública.

Conclui-se que principalmente o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo dos resíduos sólidos devem ser providos de forma universal à população, e a rede pluvial à população urbana, observada a adequação à saúde pública e à proteção do meio ambiente, e de forma articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante.

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007,

Art. 3 Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;



d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

DESAFIOS

- A **prestação de serviços de água, esgoto e rede pluvial** pode ser municipalizada ou concedida, usualmente a uma autarquia ou empresa do Governo Estadual. Caso seja uma concessão, cabe ao município atuar de forma proativa junto ao concessionário para que as redes de água, esgoto e pluvial possam atender a população conforme preconizado pela legislação.
- A **limpeza urbana** pode ser realizada de forma direta pelo município ou licitada a um prestador de serviço. Por ser um serviço que demanda muitos recursos para operação, usualmente é estabelecida uma taxa de coleta de resíduos que visa manter o sistema sustentável. A destinação dos sólidos, entretanto, muitas vezes é um problema devido à distância de um aterro sanitário, o que leva os custos de manutenção do sistema. Possíveis soluções podem ser implementadas pela prefeitura para isto, a junção em consórcio com outras prefeituras para construção e gestão de um aterro sanitário ou a implantação de uma Parceria Público Privada para a construção e gestão de aterro sanitário (neste caso a demanda é essencial para atrair um parceiro privado).

▪ **HABITAÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 assim define em seu Artigo 23:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

DESAFIOS

1. A construção de moradias demanda recursos orçamentários e financeiros que a maioria dos municípios brasileiros não tem condições de arcar. Como a Constituição Federal define que a política de habitação é uma política que envolve União, Estados e Municípios, a atuação junto à Companhia Estadual de Habitação ou junto ao Ministério das Cidades pode ser essencial para que a construção de unidades habitacionais populares ocorra no município. Para a Prefeitura se candidatar, é necessário estar adimplente no CAUC e geralmente possuir um terreno com documentação regular para ceder à construção. Usualmente cabe à Prefeitura também providenciar a infraestrutura básica para as novas unidades habitacionais, tais como rede de água, esgoto e pluvial, energia elétrica, asfaltamento, etc.



2. A Prefeitura Municipal pode agir proativa mente no intuito de incentivar a melhoria das condições de habitação no município. Primeiramente, através do provimento de infraestrutura. É possível também, através de incentivos fiscais aprovados em legislação, como redução da alíquota do ISSQN de materiais de construção ou a concessão de incentivo fiscal a pessoas físicas ou jurídicas que promoverem ou patrocinarem a recuperação externa e a conservação de imóveis em determinada área ou região do município, por meio de certificados que poderão ser utilizados no pagamento do IPTU.

▪ **INFRAESTRUTURA**

A Constituição Federal de 1988 assim define em seu Artigo 30:

Art. 30. Compete aos Municípios:

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

- ➔ Aqui é definido um Plano Diretor, Plano que deve ser construído com o intuito de mostrar a cidade como ela é atualmente e como ela deverá ser no futuro. **CF 1988, art. 182.**
- ➔ Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. **Lei nº 10.257/2001, mais conhecida como o Estatuto das Cidades.**

O Plano Diretor é um documento regulamentador do planejamento e ordenamento do território de um dado município para determinado período. Este documento tem por objetivo mostrar como o terreno da cidade deve ser utilizado e se a infraestrutura pública de uma cidade tais como educação (escolas e bibliotecas), vias públicas (ruas e vias expressas), policiamento e de cobertura contra incêndio, bem como saneamento de água e esgoto, e transporte público, deve ser expandida, melhorada ou criada. Devem-se definir as áreas que podem ser adensadas, com edifícios de maior altura, as áreas que devem permanecer com média ou baixa densidade, e aquelas áreas que não devem ser urbanizadas tais como as áreas de preservação permanente.



- **PLANO DIRETOR**

OBJETIVO GERAL



Fazer com que a propriedade urbana cumpra sua função social, entendida como o atendimento do interesse coletivo em primeiro lugar, em detrimento do interesse individual ou de grupos específicos da sociedade.

OBJETIVO ESPECÍFICO



É fazer a vida urbana mais confortável, aproveitável, segura, além de fornecer um terreno propício ao crescimento econômico da cidade.

O financiamento das políticas de infraestrutura:

A política de infraestrutura urbana seja para implantação, seja para a própria manutenção, em sua maioria, demandam o dispêndio de recursos orçamentários e financeiros relevantes por parte dos municípios, recursos estes que são insuficientes para suprir a demanda exigida para grande parte dos municípios brasileiros. Uma forma de se conseguir recursos para obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento municipal é através da formalização de convênios com outros Entes Federados, usualmente União ou Estado, ou através da obtenção de operações crédito, empréstimos junto a Bancos Públicos, Bancos de Desenvolvimento ou Agências ou Bancos de Fomento Internacionais. Para poder se candidatar a estes recursos é necessário estar adimplente com o Serviço Auxiliar de Informações Para Transferências Voluntárias (CAUC), instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional. Com CAUC é possível verificar o atendimento pelo beneficiário da transferência voluntária de recursos da União, das exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no Decreto nº 6.170/2007, e na Portaria Interministerial MP/MF/ CGU nº 507/2011. A inadimplência no CAUC significa impossibilidade de obtenção de novos convênios ou operações



de crédito ou não repasse de recursos caso o convênio ou operação de crédito já tenha sido assinado.

▪ **ASSISTENCIA SOCIAL**

A Constituição Federal de 1988 assim define em seu Artigo 23:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

X - Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

Isso significa que, de acordo com a Constituição, é de competência compartilhada da União, Estados e Municípios o combate as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, assim como a proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

DESAFIOS:

- **As demandas do município para atendimento do SUAS são inúmeras:** no caso da gestão municipal e do Distrito Federal, são possíveis três níveis de habilitação ao Suas: inicial, básica e plena. A gestão inicial fica por conta dos municípios que atendam a requisitos mínimos, como a existência e funcionamento de conselho, fundo e planos municipais de assistência social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios. No nível básico, o município assume, com autonomia, a gestão da proteção social básica. No nível pleno, ele passa à gestão total das ações sócio assistenciais. Manter o município na habilitação plena garante maior repasse de recursos por parte do SUAS e também maior capacidade e variedade de atendimento por parte do município.
- **A correta aplicação dos recursos recebidos e prestação de contas do que foi executado:** o SUAS é um sistema complexo quanto à aplicação de recursos e em diversidade de serviços. A correta aplicação dos recursos e prestação de contas garantirá o fluxo adequado de recursos para a manutenção dos serviços de assistência social.



▪ CULTURA E TURISMO

A Constituição Federal de 1988 assim define em seus Artigos 23 e 30:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015) ...

Art. 30. Compete aos Municípios:

IX - Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

É possível avaliar que a exigência neste caso está fundamentada na proteção aos documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, aos monumentos, às paisagens naturais notáveis e aos sítios arqueológicos, e na proteção do patrimônio histórico-cultural local. Mesmo que legalmente a cultura não abarque outras manifestações culturais, cabe a um Prefeito compreender se o município se manifesta culturalmente para além dos patrimônios existentes.

DESAFIOS

- Preservação do patrimônio: a manutenção e preservação do patrimônio histórico presente no município demanda tombamento, que pode ser do patrimônio histórico municipal, estadual e/ou federal. Conseguir recursos para financiamento de restauração ou recuperação junto ao governo estadual ou à União normalmente depende do bem móvel, imóvel ou natural ser tombado nos respectivos institutos de patrimônio histórico.
- Gerar demanda por turismo no município: o município deve ter ciência de seus atrativos casos queira tornar-se um polo de atração turística. Estes atrativos envolvem desde o bem patrimonial histórico, cultural ou natural em si, mas também aspectos de acessibilidade e de infraestrutura de serviços adequada ao recebimento de turistas. Tudo isto deve ser pensado e trabalhado caso o município pense em direcionar políticas públicas nesta direção. A instituição de festivais, festas de exposição, dentre outros



podem ser caminhos a serem perseguidos para fazer com que o município se torne conhecido por determinada potencialidade do mesmo.

- Implantação e gestão de equipamentos culturais: a instituição de equipamentos culturais que atraiam permanentemente a atenção e a presença do público do município e o fluxo de turistas são um desafio relevante para a administração municipal. A preservação da memória de cidadãos ilustres pode ser um caminho a ser perseguido.

▪ **TRABALHO**

O trabalho é considerado um direito social conforme Artigo 6º da Constituição Federal de 1988. O Artigo 170 que trata da ordem econômica dita os seguintes princípios:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - Soberania nacional;

II - Propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - Livre concorrência;

V - Defesa do consumidor;

VI - Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

DESAFIOS

Prover a cidade com políticas de geração e qualificação do emprego é hoje um desafio.

- Conhecimento da realidade socioeconômica do município: só é possível programar uma política de geração de renda ou de atração de indústrias caso se tenha ciência de quais são os pontos fortes do município em termos econômicos, educacionais e de trabalho.



- Possibilidade de se gerar incentivos à instalação de novas unidades industriais e comerciais no município, e do fortalecimento das existentes: incentivos fiscais tais como redução da alíquota de ISSQN de determinados serviços pode ser um vetor trator de novos estabelecimentos comerciais no município assim como do fortalecimento do próprio setor no município frente a municípios vizinhos, por exemplo. A estruturação de parques também pode ser um instrumento positivo na política de desenvolvimento econômico do município.
- Incentivo à capacitação profissional: o incentivo à implantação de escolas técnico-profissionais e cursos universitários focados na vocação do município pode ser importantes vetores para a atração de indústrias no município.
- Articular-se com entidades representativas para o setor geração de emprego e renda: estabelecer convênios de cooperação com instituições e entidades nacionais e internacionais nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, gestão empresarial e profissionalização de mão de obra; articular-se com entidades representativas do setor empresarial visando apoiar as iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico, trabalho e geração de emprego e renda do município; e manter intercâmbio com entidades representativas da iniciativa privada e de organizações não governamentais, visando à cooperação técnica, financeira e operacional de interesse do município podem ser essenciais para que se atraia o interesse de novos empreendimentos privados para o município.

▪ ESPORTE

A Constituição Federal de 1988 assim define em seu Artigo 217:

Art. 217. É dever de o Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.



§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

DESAFIOS

- Faixas etárias diferentes necessitam de práticas esportivas diferentes: pessoas de diferentes faixas etárias necessitam de práticas esportivas de impacto e necessidade de acompanhamentos diferentes.
- Os equipamentos esportivos existentes necessitam de manutenção periódica: a estrutura desportiva que a prefeitura municipal possui necessita periodicamente de manutenção dos equipamentos de prática desportiva e de segurança para a sua correta utilização.
- É necessário disponibilizar profissionais de educação física e/ou fisioterapeutas para orientação à prática esportiva: tão importante quanto praticar um esporte é praticar o esporte da forma correta, prevenindo lesões e incentivando o alcance de bons resultados em termos de saúde.
- Mobilizar a população do município à prática esportiva: mobilizar a população a praticar esportes previne doenças e garante melhor qualidade de vida. Entretanto, atrair praticantes não é fácil. É necessário além de oferecer serviços de qualidade divulgar de forma adequada e eficiente aos diversos públicos alvos das práticas desportivas disponibilizadas pela prefeitura.



Eixos da Gestão

- ➡ Investimentos na contratação de exames de média e alta complexidade.
- ➡ Implantação da telemedicina.
- ➡ Programa nosso médico
- ➡ Otimização do transporte de pacientes, através de tecnologias.
- ➡ Sistema integrado das informações do histórico de pacientes.
- ➡ Criação do programa de valorização de desempenho dos funcionários públicos.
- ➡ Treinamento e aparelhamento de todos os setores, buscando eficiência e agilidade nos serviços prestados.
- ➡ Estabelecer um canal de diálogo transparente com o Legislativo e Judiciário, para acelerar processos e projetos.
- ➡ Aquisição e implantação de uma Usina de Asfalto.
- ➡ Estabelecer uma meta para zerar o déficit de infraestrutura urbana.
- ➡ Criar junto com as comunidades do interior, o programa “Caminhos da Produção” para pavimentação de estradas.
- ➡ Colocar em pratica o projeto “Moeda Verde”.
- ➡ Implantar políticas permanentes de educação ambiental e de reciclagem.
- ➡ Criação da Sala do Conhecimento
- ➡ Concluir a implantação do turno integral, com disciplinas no turno inverso que desenvolvam a capacidade das crianças e jovens.
- ➡ Políticas que visão a valorização e o respeito a autoridade escolar.



- ➔ Criação do Centro Tecnológico, com visão futurista. Para desenvolver sistemas que facilitem tanto o trabalho dos colaboradores como o dia a dia do cidadão.
- ➔ Colocar em execução o Plano Municipal de Saneamento, o qual está parado a anos.
- ➔ Mapear e auxiliar famílias carentes, com a modernização de banheiros e sistemas de esgoto.
- ➔ Criar 03 (três) eixos de atuação na área da habitação:
 - Habitação Social
 - Habitação Parceira
 - Habitação Incentivada
- ➔ Traçar uma meta de atuação e colocar Não-Me-Toque entre os 100 (cem) melhores Municípios em Educação e Saúde.
- ➔ Investimento forte em esporte, buscando diversificação.
- ➔ Fazer um projeto de valorização e revitalização dos bairros.
- ➔ Investimento pesado na prevenção de doenças, com um olhar voltado para crianças e idosos, principalmente com foco em ações que levem q um habito saudável.
- ➔ Implantação do SAMU BÁSICO – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, básico
- ➔ Implantação da Escola digital,
- ➔ Criação de trilha ecológica
- ➔ Investimentos no Centro Municipal de Eventos
- ➔ Fazer um projeto de valorização e revitalização dos bairros
- ➔ Incentivo a pequenas, médias e grandes empresas – Ex.: Auxílio Aluguel
- ➔ Investimento forte em esporte, buscando diversificação
- ➔ Ampliação dos grupos a terceira idade



➔ Creche para idosos

➔ Simples Assim!



Considerações Finais

Este Plano de Governo expressa a vontade das políticas, projetos e programas que objetivam alcançar a visão de futuro do município. O compromisso é produzir uma gestão transparente e democrática, séria e ética, na administração do espaço público, exigindo uma análise constante das ações e processos.

A proposta apresentada é de uma gestão participativa, onde a comunidade estará envolvida na definição e avaliação de demandas. Algumas das ações aqui expressas podem sofrer alterações, ser desdobradas e ampliadas. A revisão das propostas é um procedimento de rotina da gestão pública que busca ampliar a participação popular, a excelência dos serviços prestados e a otimização dos recursos.

O Plano de Governo é um instrumento de planejamento municipal que não pode fugir da realidade local e não pode estar desvinculado dos acontecimentos nas esferas Estadual e Federal. A vida acontece no município e cabe aos gestores terem a qualificação, seriedade e comprometimento para administrar pensando no bem comum, apresentando projetos sustentáveis e soluções concretas e eficazes para os problemas enfrentados pela comunidade.

O compromisso sempre será com o futuro do cidadão Não-Me-Toquense.



SIMPLES ASSIM!